



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ

PRAxis

ANO IX - Nº 89 - MAIO/JUNHO 2016



Páginas 8 e 9

BRASIL
GOVERNO FEDERAL



Especial 80 anos
Movimento Estudantil do
Serviço Social

Páginas 12 e 13

Exercício profissional
Debate de gênero
na educação

Páginas 4 e 5

CRESS opina

A calamidade deles e a nossa

No dia 17/6, o governador em exercício do Rio de Janeiro, Francisco Dornelles, decretou "estado de calamidade pública" no âmbito da administração financeira. A providência se destina a, como se pode ler no próprio Decreto 45.692/2016, permitir a adoção de "medidas excepcionais necessárias à racionalização de todos os serviços públicos essenciais" no sentido de garantir a "realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016".

Ao mesmo tempo em que era redigida essa peça, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), presente em mais de trinta municípios fluminenses e uma das mais importantes do Brasil, se aproximava de seu quarto mês de greve sem ver atendidas as principais reivindicações do movimento. O mesmo se passava com a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), que já havia ultrapassado então o segundo mês de deflagração da paralisação. Quanto à Universidade Estadual da Zona Oeste (UEZO), também em greve, a situação é tão grave que se avalia que, caso a decisão em plebiscito recém-realizado (no qual 71% dos votos foram favoráveis à incorporação da UEZO pela UERJ) não seja acatada pelo governo do estado, a instituição pode simplesmente deixar de existir devido à insuficiência de financiamento. O problema também atinge em cheio o Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE), unidade de alta complexidade, referência no estado, que só tem regularizada a coleta de resíduos e está sem os serviços de limpeza hospitalar e exposto à contaminação, pondo em

questão a garantia de um ambiente livre de riscos à saúde de pacientes e profissionais.

O momento de decretação da "calamidade" poderia levar-nos a imaginar que depois de meses de greve das universidades estaduais (e não apenas: vale lembrar que mais de trinta categorias profissionais deflagraram greve neste mesmo período no estado), o governo teria enfim decidido adotar "medidas excepcionais" que "racionalizassem" a utilização de seus recursos no sentido de "garantir serviços públicos essenciais" como a educação, a saúde e a previdência, pagando também os salários dos trabalhadores que garantem a existência desses serviços. Infelizmente, não é nada disso: a quantia de R\$ 2,9 bilhões liberados pelo governo federal em resposta ao decreto fluminense se destina a ser aplicada integralmente na garantia do "serviço essencial" da... segurança.

Note-se o contraste: no ano de 2016, enquanto o governo distribuía recursos públicos da ordem de R\$ 8,7 bilhões a empresas privadas por meio de renúncias fiscais, não houve, durante todo o primeiro semestre, o repasse de nenhum (!) recurso para a UERJ. Como resultado, cerca de 500 trabalhadores de empresas terceirizadas foram demitidos sem o pagamento de seis meses (!) de salários, inviabilizando serviços fundamentais ao bom funcionamento da universidade como limpeza, operação dos elevadores, manutenção e segurança. O próprio reitor da universidade, Ruy Garcia Marques, afirmou, em audiência pública e em artigo publicado em jornal de grande circulação, que, ainda que volte da greve, na situação atual ela simplesmente "não tem condições de funcionar".

Isso ocorre num quadro em que, segundo

recente parecer do Tribunal de Contas do Estado, entre 2007 e 2015 o Rio concedeu R\$ 185,85 bilhões em benefícios fiscais para empresas, sendo que R\$ 36 bi só em 2015. O movimento sindical em âmbito estadual argumenta, unanimemente, que esse montante poderia pagar toda a folha salarial fluminense por décadas, e ainda abrir inúmeros novos concursos, ampliar prerrogativas trabalhistas etc., garantindo não apenas o respeito aos direitos dos servidores como, também, o oferecimento de serviços públicos de qualidade ao conjunto da população que deles necessita. Ao invés disso os salários vêm sendo parcelados, e contra os aposentados o governo tentou aplicar algo que, na linguagem popular, se chama calote – tendo sido impedido pelo judiciário, tensionado pela forte comoção social em torno do fato.

As universidades estaduais pedem socorro. Se encontram em estado de calamidade, que exige a adoção de medidas excepcionais no sentido de garantir o serviço público por elas prestado, que é essencial. Mas, para isso, a excepcionalidade tem de estar do lado dos trabalhadores, e não dos empresários tradicionalmente beneficiados. E isso só se consegue com compromisso, mobilização e luta unitária.

PRAXIS NO FEMININO: No trabalho permanente de construir uma linguagem não discriminatória, os materiais do CRESS-RJ voltados à categoria usam o gênero feminino para se referir a profissionais e estudantes de Serviço Social.

PRAXIS

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 7ª REGIÃO - Nº 89 - Maio/Junho 2016

Rua México, 41, grupos 1203-1205 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144

Telefax: (21) 3147-8787 - e-mail: diretoria@cressrj.org.br

www.cressrj.org.br

Presidente: Rodrigo Silva Lima

Vice-presidente: Denise Nicacio Pereira

1º Secretário: Carlos Felipe Nunes Moreira

2º Secretária: Márcia Denise de Canena

1ª Tesoureira: Carolina Cruz da Silva

2ª Tesoureira: Mônica Simone Pereira Olivar

Conselho Fiscal: Vanessa Bezerra de Souza, Christiane dos Passos Guimarães, Nelson Félix Lima Neto

Suplentes: Charles Toniolo de Sousa, Eliane Santos de Assis, Glícia Nick de Oliveira, Sílvia Dabdab Calache Distler, Moara Paiva Zanetti, Vera Sodrê de Araújo, Débora Rodrigues de Araújo, Carla Maria Diniz Fernandez

Comissão de Comunicação e Cultura: Carlos Felipe Nunes Moreira, Rodrigo Silva Lima, Nelson Félix Lima Neto, Carla Maria Diniz Fernandes, Sílvia Dabdab Calache Distler, Moara Paiva Zanetti, Caio Martins, Victor Neves, Célio Albuquerque, Rafael Lopes

Seccional Campos dos Goytacazes

Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170 - Centro - Telefax: (22) 2723-9464

Coordenadora: Liliâne Cardoso d'Almeida

Secretário: Jonis M. S. Felipe

Tesoureira: Eliana Ferez

Suplentes: Cristiano Correa Pessanha; Fernanda de Oliveira Monteiro; Natália Meritello

Seccional Sul Fluminense - Volta Redonda

R. Gen. Osvaldo Pinto da Veiga, 350, salas 1001 a 1003 - Pontual Shopping - CEP 27261-050

Telefax: (24) 3342-6886

Coordenadora: Suellen das Chagas Bitencourt

Tesoureira: Paula Almeida Pereira

Secretária: Débora Tavares Rodrigues

Suplentes: Fabiela Salvador da Costa

Jornalistas responsáveis: Célio Albuquerque (MTB/RJ 15751) e Rafael Lopes (SRTE/RJ 33988)

Estagiária de comunicação: Carolina Rodrigues

Projeto gráfico, diagramação e ilustrações: Carlos D

Impressão: Gráfica Colorset - **Tiragem:** 17.000 exemplares - **Data de impressão:** 30/06/2016

Notas

CRESS-RJ organiza curso permanente voltado para o processamento ético



O zelo pela observância do nosso Código de Ética é um dos objetivos da existência dos Conselhos Regionais de Serviço Social. Dentre outras coisas, funcionam como Tribunal de Ética Profissional em primeira instância, apurando e julgando possíveis infrações do Código cometidas por assistentes sociais no exercício da profissão.

“O objetivo dos Conselhos é a defesa da profissão, do exercício profissional de qualidade, comprometido com as atribuições, competências e com as normativas do Código de Ética Profissional. Assim, a apuração e julgamento de possíveis infrações éticas se torna tarefa mais do que fundamental, porque se trata de defender o Serviço Social como profissão, que fez escolhas éticas e políticas em termos de qual deve ser a conduta de profissionais que o exercem no cotidiano das instituições”, esclarece o assistente social Charles Toniolo de Sousa, coordenador da Comissão Ampliada de Ética do CRESS-RJ.

Após o recebimento da denúncia e a abertura do processo ético-disciplinar, é composta uma Comissão de Instrução formada por 02 assistentes sociais de base, isto é, que não seja parte da direção do CRESS, e que estejam em dia com suas anuidades. Sua função é instruir o processo, apurando a possível infração ética cometida e elaborando parecer conclusivo sobre a procedência ou a improcedência da denúncia, que é debatido pelas conselheiras durante o julgamento ético. Assim, o papel da Comissão de Instrução é de primordial importância para a defesa do Serviço Social e a da ética profissional.

Para isso, o CRESS-RJ aprovou a realização de um curso permanente para capacitar e formar assistentes sociais interessadas em compor Comissões de Instrução de Processos Éticos. O mesmo é gratuito, possui carga horária total de 12 horas e oferta 40 vagas por edição (confira ementa ao lado).

As primeiras edições do curso ocorreram na sede (dias 28/03, 06 e 14/04) e na seccional de Campos (dias 11, 18 e 25/04), onde hoje tramitam processos éticos do CRESS-RJ. Devido ao sucesso de público, uma nova edição está sendo planejada para ocorrer no final do ano. Acompanhe mais pelos nossos instrumentos de comunicação (site, perfil do facebook, Via CRESS).

CURSO “ÉTICA E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS ÉTICOS”

Módulo 1:

“Ética profissional e processamento ético” - 4 horas

- Ética profissional do Serviço Social e o Código de Ética de 1993
- Código de Ética e Código Processual de Ética
- Denúncia ética e a atuação da Comissão Permanente de Ética
- Fases do processo ético e a atuação da Comissão de Instrução de Processos Éticos
- Julgamento ético e recurso ético

Módulo 2:

“Instrução processual: coleta e análise dos dados” - 4 horas

- Denúncia, parecer da Comissão Permanente de Ética e defesa prévia
- Fato(s) investigado(s) e exercício profissional: elaboração de roteiro de perguntas
- As partes, procuradores, testemunhas e o direito de ampla defesa e de manifestação
- O depoimento e o papel da assessoria jurídica do CRESS e da Comissão de Instrução
- Outras diligências: requisição de documentos, pesquisas, envio de ofícios, visitas institucionais
- Denúncia ex-offício

Módulo 3:

“Elaboração de parecer ético” - 4 horas

- Parecer ético e exercício profissional
- Denúncia, defesa prévia, depoimentos, outras diligências e razões finais
- O enquadramento dos artigos e a conclusão final
- Fundamentação pela procedência ou improcedência da infração ética
- Redação final e julgamento ético

Registro e anuidade

Assistentes sociais que ainda não pagaram suas anuidades do exercício de 2016 terão uma nova oportunidade. A partir de julho serão enviados à categoria boletos de cobrança das anuidades. Os boletos serão parcelados em seis vezes, sendo o primeiro vencimento para 20/07 e o último para 20/12.

Caso haja o interesse pelo pagamento em cota única ou por receber os boletos por e-mail, basta enviar uma solicitação para o e-mail registroanuidade1@cressrj.org.br

As anuidades são um tributo atualmente previsto na Lei 12.514/2011 e pagas por todos os profissionais que têm a profissão regulamentada. Elas são a principal fonte de recursos do Conselho e possibilitam a realização da função precípua do conjunto CFESS/CRESS e suas ações políticas.

Para saber mais sobre as ações do CRESS acesse o nosso site www.cressrj.org.br Já para obter outras informações sobre as anuidades basta enviar um e-mail para registroanuidade1@cressrj.org.br ou telefonar para (021) 3147-8787.

Exercício profissional

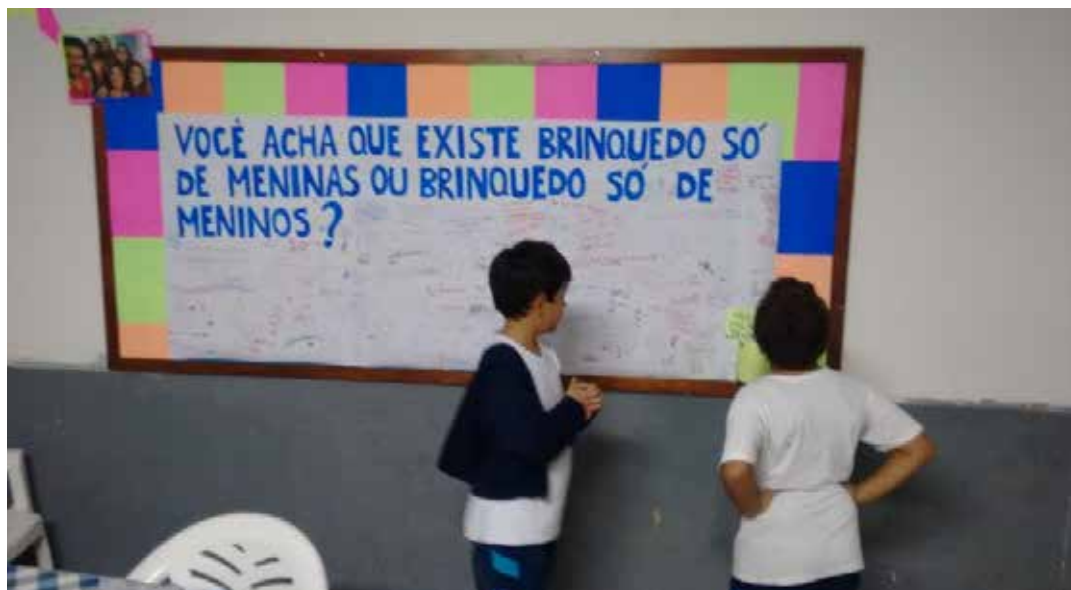
O debate sobre gênero na educação

Em meados de 2014, um aluno do Colégio Pedro II, unidade de São Cristóvão, resolveu ir à aula vestido de saia por se identificar com a cultura genderless (gênero não-binário). No entanto, funcionários da escola orientaram o discente a não permanecer nas dependências vestido com uma peça de roupa tida pela instituição como uniforme feminino.

O que não era esperado foi que menos de uma semana depois outros alunos se manifestassem. No dia 2 de setembro, diversos alunos e alunas estavam vestidos de saia. Não apenas em apoio ao colega, mas para contestar os padrões sociais de que existe roupa de menino e de menina. O episódio ficou conhecido como "saíato" e foi organizado pelo Coletivo LGBT, uma organização independente de estudantes que criou a ação em parceria com o grêmio "Filhos da Pública", do Colégio Pedro II de São Cristóvão.

A assistente social Fernanda Barreira conta que após esse acontecimento, a aula inaugural do ano letivo de 2015 teve como tema a diversidade sexual e de gênero na escola.

"O Colégio Pedro II, de modo geral, percebeu que era o momento de se discutir o tema. Aqui tudo é muito binário, a começar pelo uniforme marcado pela diferenciação entre masculino e feminino. A camisa feminina é branca com viés azul e a do menino somente branca tradicional. As normas de gênero perpassam tanto o espaço físico escolar quanto o material didático, além das práticas educacionais e pedagógicas. Por exemplo, temos até hoje a formação convencional das filas, em que meninas ficam de um lado e meninos de outro, ao invés de se pensar outras formas de organização dos discentes. Após a aula inaugural, o reitor convocou uma reunião para delinear uma política institucional de gênero e de diversidade sexual do Pedro II. A partir dessa reunião formalizamos o pedido de formação de um núcleo: o ELOS, núcleo de estudos e ações de gênero e sexualidades, do qual faço parte. Todas essas iniciativas partiram principalmente de uma demanda estudantil. Reconhecer o protagonismo juvenil e sua participação política nas questões que envolvem a



comunidade escolar é indispensável ao abordar este assunto", relata Fernanda.

Nome Social e a falta de normatização

Recentemente, o Colégio Pedro II, campus Tijuca II, se tornou a primeira escola da rede pública a reconhecer o decreto da presidente afastada Dilma Rousseff permitindo o uso do nome social por travestis e transexuais em órgãos e entidades da administração pública federal. A direção também autorizou a modificação nos documentos escolares. Os responsáveis de todos os alunos foram notificados da mudança. A medida é válida também aos servidores.

No entanto, até o momento somente o campus Tijuca II acatou a resolução. O Colégio como um todo tem uma estrutura bastante complexa. Cada unidade possui certa autonomia e as decisões não são imediatamente implementadas nos 14 campi mais a Unidade de Educação Infantil, distribuídos por oito bairros do Rio de Janeiro. Além das unidades de Duque de Caxias e de Niterói.

Fernanda lembra que em outros campi ainda existem estudantes e servidores transexuais que não tem o nome social respeitado e, por isso, avalia que para que se obtenham maiores avanços é necessário que esta ação se amplie, tornando-se uma prática institucionalizada em todo o Colégio.

Diante da inexistência, até então, de

uma iniciativa que estivesse atenta a esta necessidade de operacionalização do nome social, inserindo-o nas rotinas do Colégio e no sistema informatizado, Fernanda convidou o Grupo de Diversidade de Niterói (GDN) para uma das reuniões do ELOS. A entidade já acumulou a experiência em assessorar a implementação do nome social na UFF.

"Tive meu primeiro contato com o GDN em uma roda de conversa sobre nome social, organizada pela comissão de Gênero, Etnia e Diversidade Sexual (GEDS) do CRESS-RJ, da qual também participo. Eles trouxeram diversos documentos para nos orientar sobre as maneiras possíveis de saber como conduzir essa discussão no Colégio e viabilizar objetivamente o nome social nos documentos", relata.

Há alguns anos, uma servidora transexual enfrentou dificuldades ao solicitar que seus documentos de uso interno fossem alterados, com a adoção do nome social, pois havia muita desinformação sobre o assunto e falta de orientação oficial. Na época, a equipe buscou entender a demanda e conseguiu modificar o crachá para a servidora.

"É importante que esta ação seja formalizada por meio de procedimentos administrativos reconhecidos pela instituição. Desta forma, evitam-se possíveis constrangimentos de um pedido feito pessoalmente. E garante-se que o atendimento ao requerimento do nome social passe a não depender mais da boa vontade dos profissionais. Ou seja, a adoção do nome

social deixa de ser regida pela lógica do 'favor' para ser compreendida enquanto um direito social reconhecido pelo Colégio", defende.

O trabalho socioeducativo de assistentes sociais

Apesar da normatização nesses casos ser indispensável, a questão deve ser tratada também de forma didática e educativa, por meio de um amplo debate com a comunidade escolar para que a questão não seja conduzida de modo prescritivo ou taxativo.

O Serviço Social tem muito a contribuir nesse sentido, tendo em vista a dimensão socioeducativa do trabalho de assistentes sociais. Apresentar informações e dados sobre a realidade social são algumas das estratégias que podem propiciar maior reflexão sobre as relações de gênero na sociedade e combater o preconceito, conforme orienta a nossa ética profissional.

"Uma das formas de realizar este trabalho tem sido ministrar encontros e oficinas pedagógicas de capacitação profissional dos educadores do Colégio. No início deste ano, realizamos pelo ELOS uma ambientação com os novos servidores, apresentando dados, legislações e algumas ações realizadas nos campi sobre a temática, suscitando assim o debate de gênero e diversidade sexual na escola. No momento estamos elaborando uma capacitação com foco nos assistentes de alunos (inspetores escolares), cuja intervenção se dá diretamente com os discentes no cotidiano escolar. É superimportante a capacitação com os assistentes de alunos, porque existem orientações que ainda não estão formalizadas, como, por exemplo, o procedimento frente às questões sobre o beijo de um casal hétero dentro do espaço do Colégio e outro homoafetivo. O servidor não pode agir de acordo com uma orientação baseada em valores pessoais, pois senão em cada situação podemos ter decisões distintas", explica.

Ainda de acordo com Fernanda, na instituição é significativa a participação de professores em espaços extraclasse. Por isso é importante que as assistentes sociais busquem a participação nessas frentes.

"Também estou trabalhando na produção de uma cartilha de orientação sobre os direitos que os servidores LGBT possuem, como por exemplo, licença por adoção e licença casamento, visando materializar os princípios de defesa dos direitos humanos e de ampliação da cidadania, difundidos

no Código de Ética de assistentes sociais. A nossa formação tem outro olhar sobre todos esses assuntos, favorecendo uma perspectiva totalizadora e promovendo um trabalho interdisciplinar na educação", revela.

Os primeiros anos da Educação Básica

No final de 2015, Fernanda foi transferida para o campus Humaitá I (correspondente ao primeiro segmento do Ensino Fundamental, para trabalhar com crianças de 6 a 12 anos). Logo que chegou, propôs, junto com outras colegas, a criação de uma comissão de gênero e diversidade sexual, visto que o binarismo de gênero é muito enraizado desde os primeiros anos da Educação Básica. Desde então, com o início do período letivo, duas medidas foram adotadas pela comissão: o "Almoçando no cinema" e o "Mural interativo".

"Tendo em vista a dificuldade de encontrar tempo vago para propor atividades com os profissionais, pensamos que o horário da troca de turnos seria o melhor momento para reunir o maior número possível de servidores, sobretudo professores. Sendo assim, escolhemos vídeos curtos, para os educadores assistirem enquanto almoçavam, como o 'Acorda, Raimundo... Acorda' (do diretor Alfredo Alves), que mostra um homem grávido enquanto sua esposa sai

para trabalhar diariamente, numa inversão dos papéis tradicionais de gênero. Devido ao tempo ser curto, não pudemos ter um aprofundamento de debates, mas surgiram conversas interessantes nesse projeto e um número razoável de participantes", conta.

Outra ação foi a utilização de um mural para provocar a reflexão entre os alunos. A equipe escreveu a pergunta "Você acha que existe brinquedo só de meninas ou brinquedo só de meninos?". As crianças puderam escrever de forma livre o que pensavam. O resultado geral foi satisfatório.

"Mesmo sem a comissão ter usado, as palavras gênero e sexo apareceram em algumas respostas, como a de um estudante que escreveu 'não, porque o gênero não define o gosto. Meninos e meninas, só por serem de gêneros diferentes, não significa que têm o gosto diferente ou esquisito. O que define o gosto é sempre a pessoa'. Embora a maior parte das crianças tenha afirmado que não há brinquedos específicos para cada gênero, as escritas denotam um lugar 'pré-determinado' do brinquedo, alegando, por exemplo, que meninos podem brincar de boneca e meninas de carrinho", diz.

A comissão está construindo essas frentes, buscando ajustes, melhores formas de abordagem. Está em processo de formulação um mural também para os servidores, que inclusive já contribuem para o debate levando notícias e reportagens acerca do assunto.

"Ainda há muito o que fazer. Trabalhar a temática com as famílias, por exemplo. Acredito que este será um dos desafios com que iremos nos confrontar na luta por uma educação laica, pública, gratuita, de qualidade e, principalmente, para todos e todas", finaliza Fernanda.



"Reconhecer o protagonismo juvenil e sua participação política na comunidade escolar é indispensável"

Fernanda Barreira

Seccionais



Campos dos Goytacazes

Encontro Devolutivo das Visitas Programadas



O Encontro Devolutivo das Visitas Programadas da COFI, que aconteceu em Itaperuna, na área da assistência social, teve como questões centrais o debate crítico-reflexivo sobre os condicionantes do exercício profissional, visando a construção de estratégias de afirmação do projeto ético-político profissional. Além disso, também buscou contribuir com a qualidade dos serviços que vêm sendo prestados à população, em especial por assistentes sociais.

A reunião contou com a participação de aproximadamente 35 profissionais da região noroeste fluminense, com representantes dos municípios de Itaperuna, Italva, São José de Ubá, Laje de Muriaé e Bom Jesus de Itabapoana. Somente não compareceram profissionais representantes dos municípios de Varre-Sai e Natividade.

De acordo com a coordenadora da seccional, Liliane Cardoso d'Almeida, o Encontro Devolutivo foi realizado de forma participativa com a apresentação dos

dados relativos à gestão, ao perfil profissional e às condições de trabalho.

"Nesse sentido, foram colocadas pelas profissionais demandas relativas à necessidade de realização de concurso público conforme prevê a NOB-SUAS/RH de 2006, para o provimento de cargo de assistentes sociais na região devido às subcontratações temporárias e precarização dos vínculos trabalhistas e à questão dos baixíssimos salários pagos a assistentes sociais na região. Foi tirado como estratégia do Encontro a construção de um fórum regional de trabalhadores e ações relativas à capacitação profissional previstas para o segundo semestre do ano de 2016", afirma Liliane.

Ainda de acordo com a coordenadora, profissionais presentes reforçaram a importância e a legitimidade da seccional de Campos na região e a necessidade de ampliação de participação e ações relativas ao núcleo "Integração e Liberdade", atuante nos municípios acima citados.

"Foram realizadas orientações no que se refere ao trabalho que assistentes sociais

vêm desenvolvendo na região mediante os dados levantados nas visitas de fiscalização em cada equipamento público de proteção básica e especial (CRAS e CREAS) nos respectivos municípios. É imprescindível destacar a participação ativa da base nesse encontro, especialmente no que se refere ao posicionamento de assistentes sociais frente ao processo de trabalho que vêm experimentando, o que apontou para o fomento de futuras ações na região em parceria com a seccional", avalia.

O Encontro Devolutivo potencializou um processo de mobilização profissional em direção à luta por melhores condições de trabalho e apontou para a necessidade de capacitação profissional permanente e organização política de assistentes sociais na região.



Volta Redonda

Conquistas para o Serviço Social no HGJ

A equipe de Serviço Social do Hospital Geral da Japuíba (HGJ), inaugurado em janeiro de 2014, em Angra dos Reis, passou por uma série de dificuldades. A equipe, que já fazia parte do quadro de servidores do município, foi informada sobre a transferência, em 2013, do antigo Posto Ary Parreiras (que funcionava dentro da Santa Casa) para as novas instalações do HGJ. Essa alteração das condições físicas de trabalho foi a oportunidade que a equipe encontrou para avançar no diálogo com os gestores sobre as competências e atribuições profissionais. A visita da COFI também foi fundamental nesse processo, pois exigiu a adequação do trabalho da equipe às regras que normatizam a profissão.

A assistente social Luciana Val relata que após essa visita a direção do hospital começou a mudar o olhar sobre a profissão e a considerar as demandas apresentadas pelas profissionais de Serviço Social.

"Fomos aos poucos conseguindo pequenos avanços enquanto equipe. Isso só foi possível mostrando o nosso trabalho. O

que acabou modificando a forma viesada como a direção da unidade entendia o fazer profissional do assistente social. Entretanto, precisávamos agir com sabedoria, cautela e diálogo. Os passos eram curtos. Já havíamos apresentado as legislações, o documento 'Parâmetros para a atuação dos assistentes sociais na saúde', bem como projeto de intervenção, mas nossas reivindicações não haviam sido atendidas por completo", relata.

Ainda de acordo com Luciana, meses após a visita da COFI, a prefeitura criou o cargo de responsabilidade técnica para todas as unidades da prefeitura. Junto a isso, a assistente social recebeu o convite da direção para o cargo de chefia do Serviço Social.

"A resposta da direção da unidade foi que todas as exigências seriam atendidas com a inauguração do HGJ e a ida do pronto socorro para lá. Foi e é um desafio muito grande ser responsável técnica, mas também é um prazer enorme. A equipe tem um perfil muito crítico", revela.

Luciana relata que semestralmente a equipe realiza levantamento estatístico dos

atendimentos e se reúne para compartilhar as informações com os demais colegas. Esse mesmo levantamento é levado à direção, como forma de inseri-la no debate e ajudá-la a entender mais sobre a profissão.

"É algo que tem sido positivo, pois torna visível o quanto, quem e o que estamos atendendo. Recentemente, realizamos o evento comemorativo do Dia da Assistente Social, que foi um momento de reunião de assistentes sociais da rede, mas também de levar o nosso trabalho para os demais profissionais da unidade e gestores. Contamos também com a presença da seccional de Volta Redonda, responsável pela região sul fluminense. A seccional tem sido uma grande parceira do nosso trabalho desde nossa mudança para o HGJ. Temos muita clareza do quanto é necessário avançar, mas olhar para trás e constatar o quanto avançamos é muito satisfatório. Especialmente porque nada disso foi imposto ou dado, mas sim construído e conquistado. Isso só está sendo possível com muito trabalho, sem dúvida", conclui.

Megaeventos

A quem atende o projeto de Cidade Olímpica?

Nos Jogos Olímpicos de Barcelona, de 1992, os megaeventos adquiriram novo formato. Foi por meio do marketing urbano que a ideia de pensar a cidade a partir da execução de um megaevento ganhou força. Sediar um evento de grande porte passou a ser muito interessante para a iniciativa privada, que poderia lucrar com a apropriação e a transformação de determinados espaços urbanos, por exemplo. A partir de então, todos os megaeventos passaram a seguir a mesma lógica segregacionista, contribuindo para uma política de exclusão urbana na qual a população pobre e trabalhadora é alijada, de diversos modos, dos seus direitos.

O coordenador da comissão de Direito à Cidade do CRESS-RJ, Nelson Félix, explica que isso é possível porque a realização de um megaevento tem a capacidade de gerar o consenso político necessário, ao mesmo tempo em que certos governantes querem atribuir ao mandato deles determinados ganhos.

“É o que Carlos Vainer nomeia como ‘cidade da exceção’. Em torno do discurso do recebimento das Olimpíadas parece que tudo é permitido, tudo é possível”. E exemplifica: “a Vila Autódromo foi removida porque assim se optou, e não por necessidade. O interesse em removê-la é antigo, mas o discurso da recepção de um evento global parece difícil de questionar”.

Assim, a cidade recebe o grande evento sob a justificativa do legado. Entretanto, como podemos medir o tamanho do legado? “O prefeito Eduardo Paes vai atribuir ao mandato dele uma série de intervenções na cidade que ele julga boas e que considera partes do legado”. Nelson explica que essas intervenções são importantes, porém questionáveis.

“São obras que têm uma função, uma razão de existir, mas é preciso pensar a quem elas vão atender, até porque suas consequências não são muito fáceis de mensurar”. Ele destaca a remoção de populações inteiras de seus bairros como um dos resultados mais drásticos.

Nelson ressalta que as consequências sempre sobram para os segmentos mais pauperizados dos trabalhadores. Só para a Copa e as Olimpíadas estava prevista a remoção de mais de 150 mil famílias. E levantar dados sobre as consequências de determinada estrutura é quase impossível no Rio nesse contexto.

O Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas é que tem feito esse árduo trabalho de levantamento. O Comitê é uma articulação que reúne diferentes coletivos, desde universidades, movimentos sociais e militantes independentes, que surgiu no momento em que o Brasil foi escolhido para sediar a Copa do Mundo. Em todas as cidades-sede foram formados comitês populares com o objetivo de acompanhar a preparação para receber o evento, denunciar as violações de direitos humanos e, junto com os maiores atingidos por esses projetos, construir estratégias para combatê-las.

Larissa Lacerda, do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas, salienta que a violação de direitos humanos cometida em nome de megaeventos não é exclusividade do Brasil. “Muitas cidades já têm denunciado isso mundo a fora. Portanto, já era esperado que isso viesse a acontecer

no país de maneira aprofundada, dada a fragilidade da nossa democracia”.

O Comitê Popular Rio tem o objetivo de combater um projeto político

de cidade, a ‘Cidade Olímpica’, projeto esse que envolve a elitização e a mercantilização de territórios, intensificando processos de exclusão e segregação.

“Denunciamos e combatemos a volta da política de remoções como política habitacional, a intensificação da militarização da cidade, especialmente das favelas e periferias, o aumento no recolhimento da população em situação de rua, da perseguição aos trabalhadores camelôs, da privatização de espaços públicos e, inclusive, do fechamento de equipamentos esportivos”, complementa Larissa.

Ela esclarece que está cada vez mais evidente que as obras olímpicas nada mais são que uma forma do poder público, em todas as instâncias, de pagar suas dívidas com seus grandes financiadores de campanha.

“Os Jogos Olímpicos são, hoje, o instrumento de legitimação e aprofundamento de políticas urbanas voltadas para a mercantilização de territórios da cidade. As obras são pensadas e realizadas junto com os maiores beneficiados por elas: os grandes proprietários de terra, construtoras e incorporadoras, empresários do transporte e da construção civil”.

Nesse sentido, a população carioca perde a oportunidade de ter todos esses investimentos voltados para a melhoria da condição de vida.

“Só coletivamente vamos conseguir construir uma alternativa a esse projeto político, junto com quem realmente constrói a cidade. Estamos passando por momentos complicados, de retrocesso em muitas pautas, mas o movimento de resistência também floresce, e dali saem as melhores estratégias e ideias”, finaliza.

A cada ano, o CRESS-RJ vem publicando cartões postais temáticos, sempre com uma abordagem crítico-reflexiva. Em 2016 o tema é Olimpíadas. Os cartões estão sendo distribuídos em diversos pontos, contando com o auxílio do Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas. E também estão disponíveis gratuitamente na sede do Conselho.



Primeiramente...

Retrocessos de um governo TEMERário

Os retrocessos que estão em curso no Brasil, impostos pelo governo interino de Michel Temer (PMDB), revelam um dado da vida política e econômica que não surgiu após o processo de impeachment da presidente afastada, Dilma Rousseff. Para estudiosos e movimentos sociais de esquerda, durante os 13 de governo de conciliação de classes do PT o programa neoliberal foi em alguns pontos abrandado, mas de forma alguma abandonado. No entanto, os direitos conquistados pela classe trabalhadora estão sendo entregues com maior velocidade agora e apenas a mobilização popular nas ruas e a construção de uma frente combativa de esquerda pode interromper esse processo.

Ao analisar o desmonte pelo qual passa a seguridade social, a assistente social e professora da UFF, Eblin Farage, faz um resgate histórico. Ela afirma que logo após o fim do período da ditadura empresarial-militar, o país passou por um processo de reconstrução da democracia. Um marco importante dessa mudança foi a Constituição Federal de 1988. Embora na época da promulgação, setores da esquerda, inclusive o PT, consideraram a Carta Magna regressiva.

“A Constituição trouxe relativos avanços no que se refere aos direitos no Brasil com o tripé da seguridade social, com a obrigação de investimento público na saúde, previdência e assistência social. Pela primeira vez a questão da habitação popular passa a ser entendida como um direito. Com o passar do tempo, estamos vendo, gradativamente, os poucos direitos sendo destruídos a partir da década de 1990 com a implantação do neoliberalismo no país. Um projeto que impõe, dentre outras, coisas uma contrarreforma do Estado, que vai atingir diretamente os direitos sociais. Com esse modelo, as áreas mais atingidas são exatamente os serviços públicos de saúde, educação e previdência social. Essa política foi mantida durante os governos do PT e agora vão entregar o resto que falta”, reconstrói a trajetória Eblin, que também é presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN).

Ainda de acordo com Eblin, há



“A única possibilidade desse governo atender alguma demanda da classe trabalhadora vai ser com os trabalhadores na rua”

Eblin Farage

neste momento uma disputa entre frações da burguesia, que não está deslocada do desenrolar da política adotada durante os governos petistas. A diferença é que de lá para cá essas medidas foram administrada sem “doses homeopáticas” e, a partir de agora, vão ser em “doses alopatóicas”. O que ainda não foi realizado em favor do aumento de lucratividade do capital antes, está sendo feito agora.

“Temos diversos indícios deste cenário, como, por exemplo, a criação de fundos de previdência para setores públicos, obrigando servidores a entrarem numa forma de previdência que não é mais pública. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) representa a privatização dos hospitais públicos. Tudo isso foi realizado da maneira não clássica. Essa foi a grande sacada. Isso passou mais despercebido, por isso digo que foi de forma homeopática. Agora, as reformas que o Temer está realizando estão ocorrendo em cima do que já estava em curso, porém de maneira intensificada”, analisa Eblin.

A questão da terra

O coordenador estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Marcelo Durão, relata que nos últimos três anos mais de cem milhões de hectares de terras foram reconcentrados nas mãos do latifúndio. Hoje são 120 mil famílias acampadas em todo o país. Se forem levadas em consideração as terras devolutas, elas já seriam o suficiente para assentar todas essas famílias.

“Quanto ao interino e ilegítimo governo, não o reconhecemos. Temer e o PMDB têm adotado um conjunto de medidas que afeta diretamente a classe trabalhadora do campo, como a extinção do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). Além do fim do Plano Safra deste ano (que destinava R\$ 30 bilhões para a política da agricultura familiar) e a extinção da Política de Assistência e Extensão Rural. Com essas medidas o governo demonstra que não possui planos para a Reforma Agrária e para a agricultura familiar camponesa”, destaca.

Ainda de acordo com Durão, com a extinção



do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) perdeu a interlocução com o Ministério do Planejamento. Para ele, transferir o INCRA para a Casa Civil é como colocar "a raposa para cuidar do galinheiro". O chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, é vinculado aos ruralistas. Deixar a política do campo e da Reforma Agrária sob sua administração é inviabilizar qualquer avanço.

"O governo interino aprofunda o distanciamento das políticas públicas do campo com a agricultura familiar camponesa. O aprofundamento de uma política que fortalece o agronegócio proporciona cada vez mais a saída das pessoas do campo. Com isso, a concentração de pessoas nas cidades e toda a problemática que envolve esta questão se agravam. Problemas como falta de moradia, crescimento da violência, perda de trabalho, problemas no transporte, saúde, educação e alimentação irão se acirrar", aponta Durão.

"Foi clara a escolha do governo em priorizar o agronegócio em detrimento da agricultura familiar camponesa. Podemos perceber isso nos dados dos últimos anos da reforma agrária: nos últimos dois anos e meio menos de 30 mil famílias foram assentadas em todo o Brasil. Os maiores avanços foram no campo do desenvolvimento dos assentamentos, mesmo que timidamente. O ano de 2015 entra para a história como o ano que não existiu para a Reforma Agrária", arremata Marcelo.

A educação

Alguns anúncios na área da educação deixam mais que evidente essa política. O novo ministro da educação, o Deputado Federal José Mendonça Bezerra Filho (DEM-PE), já afirmou que não vê problema algum na cobrança de cursos de extensão. Ao demonstrar tal concepção de extensão como mercadoria, não seria absurdo deduzir que os próximos passos são a mercantilização da graduação, mestrado e doutorado oferecidos por universidades públicas. Além da flexibilização na contratação de professores via diferentes modalidades de organizações privadas.

"Somos radicalmente contra a cobrança, porque entendemos a extensão como uma

forma de a universidade dialogar com os diferentes setores da sociedade, em especial a classe trabalhadora. A universidade construindo conhecimento e ações com o entorno das comunidades, e não fazendo curso para venda com a intenção de atender às demandas do mercado financeiro", pontua Eblin.

"É inegável afirmar que os governos petistas investiram pesadamente no setor de ensino superior privado. Embora contraditório, o PT também investiu no setor público. Esse foi o período em que a universidade pública mais cresceu. Atualmente, mais de 50% dos professores das universidades públicas brasileiras têm menos de 10 anos de carreira. Muitas dobraram o número de alunos, com investimentos em programas sociais", reflete a assistente social.

"Na forma de um governo de conciliação de classes, incorporar algumas demandas da classe trabalhadora e dos movimentos sociais da educação é fundamental. Porém, isso é realizado de maneira subalternizada. Existe a ampliação da universidade pública, só que é uma ampliação que não tem qualidade para todos. Sem poder fazer ensino, pesquisa e extensão, se transformam em escolões de terceiro grau no interior. Ou seja, se define o lugar da classe trabalhadora, que não terá acesso à produção do saber", explica.

Perspectivas de enfrentamento

Marcelo Durão sinaliza que o MST está atualmente se organizando com partidos, sindicatos e movimentos sociais na Frente Brasil Popular, desde 2015 construindo a resistência e mobilizações contra o golpe. Mas o prioritário para o momento é a construção de um projeto a partir da classe trabalhadora.

"É necessário aproveitarmos este momento, em que o debate político reaparece com ênfase na sociedade, para fortalecer as organizações da classe trabalhadora. Aproveitar o grande exemplo dos estudantes nas ocupações das escolas, nas ocupações por moradias, por terra e nas greves. É urgente termos unidade para a construção de um projeto da nossa classe que ultrapasse a estratégia eleitoral. Não podemos nos encontrar apenas nos períodos de crise e de dois em dois anos", sinaliza.

Eblin segue a análise de horizontes possíveis na mesma direção: "O debate sobre a reforma política no Brasil é importantíssimo. Mas de imediato percebo que a única possibilidade desse governo atender alguma demanda da classe trabalhadora vai ser com os trabalhadores na rua. Construir uma frente de esquerda é fundamental", conclui.



"É urgente termos unidade para a construção de um projeto que ultrapasse a estratégia eleitoral"

Marcelo Durão

Pergunte à COFI

Propaganda eleitoral no trabalho

Sou assistente social, trabalho no CRAS em um município no interior do RJ e já fomos informadas pelo gestor que seremos requisitadas para participar da campanha eleitoral do atual prefeito que irá se candidatar à reeleição. Apesar de nos posicionarmos contrárias a esse tipo de ação, sabemos que poderemos sofrer retaliações por não participar da campanha. De que forma o CRESS pode nos resguardar diante dessa situação?

A participação e a manifestação política de qualquer pessoa é um direito inalienável, porém a utilização do exercício profissional, do espaço público ou das políticas sociais para defesa desta ou daquela candidatura vai contra o princípio da universalidade do acesso aos serviços públicos. Atitudes como utilizar equipamentos (mesas de trabalho, murais, quadros de avisos etc) para divulgação de candidaturas; vinculação do acesso a serviços à preferência partidária ou a determinada candidatura; cadastramento de eleitores com o objetivo de viabilizar acesso a atendimentos, políticas ou outras ações profissionais; acompanhamento (por candidatos e/ou apoiadores) de usuários nos atendimentos prestados caracterizam favorecimento político e comprometem o caráter público das políticas. Ressaltamos que é uma atribuição do CRESS prestar orientação e fornecer assistência político-jurídica aos profissionais que sofrem retaliações por recusarem a este tipo de assédio.

Como devo proceder quando em meu local de trabalho vejo profissionais fazendo campanha eleitoral em seu exercício profissional?

Mediante argumentação fundamentada, deve denunciar ao CRESS colegas de profissão que coloquem seu exercício profissional cotidiano a favor de interesses clientelistas e antiéticos, como a promoção ou a conivência com o repasse de serviços e benefícios sociais públicos vinculados a propagandas eleitorais.

O que podemos fazer quando vemos futuros candidatos políticos informando à população que a continuidade das diversas políticas públicas estão relacionadas à eleição/reeleição de determinados candidatos?

Articular formas de tornar pública a crítica a estas condutas, no sentido de contribuir para que a população reflita a respeito de candidaturas que se utilizam destes expedientes em busca de votos.



Assistentes sociais com outras formações

O exercício profissional de assistentes sociais que tenham outras formações coloca em discussão o cumprimento às atribuições e competências profissionais previstas nas normativas do Conjunto CFESS/CRESS. A COFI em sua atuação de orientação e fiscalização tem recebido demandas nesse sentido. E sinaliza que independentemente de especializações e graduações em outras áreas, assistentes sociais em exercício legal da profissão devem seguir o que preconiza a Lei de Regulamentação 8662/93 e o nosso Código de Ética.

Para Rodrigo Lima, presidente do CRESS-RJ e integrante da COFI, a multiplicidade de instrumentais que pode ser utilizado por assistentes sociais apresenta, pelo menos, duas possibilidades. A primeira diz respeito à incorporação de instrumentos de outras profissões. A outra aponta o limite posto pela regulamentação da profissão ao se apropriar dessas ferramentas.

“As diferenças podem não aparecer tão explicitamente, mas elas existem. Como afirma Marilda Iamamoto há uma certa inespecificidade do Serviço Social, mas isso não é uma fragilidade ou ponto negativo. Cabe a assistentes sociais, nas suas propostas de trabalho, no projeto de intervenção, na forma de sistematizar o exercício profissional elaborá-los com base nas competências e atribuições, como estão nos artigos 4º e 5º da Lei de Regulamentação e outros documentos oficiais. Em outro texto, José Augusto Bisneto diz que os instrumentais que o Serviço Social utiliza são oriundos de outras áreas. A dinâmica de grupo, por exemplo, tem sua origem na psicologia; o orçamento, na administração e o diário de campo, na antropologia. Incorporamos esses instrumentos e técnicas, mas o diferencial é o objetivo do trabalho e como a assistente social utilizará esses recursos. Se a profissional vai fazer um grupo, o intuito é o de refletir com o usuário e de orientá-lo sobre determinados direitos, mas não do ponto de vista clínico e terapêutico”, explica.

Apesar do alerta, Rodrigo afirma que o nó da questão não está na obtenção de títulos ou processo de formação que as pessoas possam escolher.



“É óbvio que todo o conhecimento adquirido é importante. Mas há que ter em mente quais são suas competências e atribuições. Temos vários exemplos de situações que chegam ao CRESS que nos deixam atentos em orientar a categoria nesse sentido. Também é necessário que se tenha cuidado com cartões e carimbos de identificação. Eles não devem apresentar os diversos títulos que o indivíduo possa ter para que não haja confusão por parte do usuário”, afirma.

Já a agente fiscal Nizia Maria acredita que profissionais incorrem em irregularidades porque fazem leituras equivocadas quando avaliam ser de sua competência “ajudar” ou agilizar algum serviço que não é pertinente ao Serviço Social, mas precisa ser acessado pelo usuário. Situações como, por exemplo, transcrição de receituário médico porque o médico faltou, ou porque não existe na instituição, não podem, em hipótese nenhuma, servir de motivo para que assistentes sociais assumam atribuições que não são suas. Pelo contrário, há de se refletir com o usuário as deficiências institucionais. Constatamos também que existe assistente social que acredita que, por ter passado por determinados treinamentos em cursos para conhecimento, por exemplo, de escalas neurológicas, motoras etc está apta a preencher formulários com conteúdos destas escalas. Tais práticas são passíveis de denúncia ética, por se tratar de conteúdo específico de outros profissionais da saúde, com habilitação específica e diferente do Serviço Social e, infelizmente, várias assistentes sociais sofreram processos éticos no CRESS-RJ por essas condutas inadequadas”.

“Se a profissional tiver a compreensão do significado sócio histórico da profissão, seu significado na cena contemporânea, do conjunto das normativas discutidas nacionalmente e aprovadas pelo Conjunto CFESS/CRESS, ela não vai se desvirtuar por caminhos totalmente contrários às demandas da profissão. Avalio que essa opção da assistente social por aplicação de conhecimentos teóricos totalmente destoantes da profissão tem relação direta com a graduação. Ela precisa ter tido capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa de qualidade na formação para ter condições de discernimento profissional. Por exemplo, o projeto de trabalho fundamentado principalmente com as bases teóricas hegemônicas em Serviço Social pode dar esse norte em qualquer área em que for exercer”, afirma.

As fronteiras entre o Serviço Social brasileiro, o latino-americano e o estadunidense também são lembradas por Rodrigo e Nizia, porque equipes multidisciplinares podem absorver debates e conteúdos internacionais. Esse não é o problema. Mas tentar introduzir esses conteúdos no trabalho das equipes sem mediações ou sem levar em consideração as especificidades da profissão no Brasil pode acarretar dissonância entre a intenção de escolha e a adoção de determinado instrumento técnico ou até entrar em áreas nas quais o Serviço Social não está habilitado a atuar.

Em situações de dúvida, faça contato com a COFI pelo telefone (21) 3147-8750 ou pelo e-mail cofi1@cressrj.org.br. Para atendimento presencial, os horários de plantão da Comissão estão disponíveis no site www.cressrj.org.br

Organização do Serviço Social

Movimento Estudantil constrói o Serviço Social



O Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) é considerado uma das principais frentes de atuação da organização política do Serviço Social no Brasil. Nesse sentido, discentes têm participado ativamente dos debates coletivos empreendidos sobre a profissão. Sobretudo, a partir da criação da sua entidade nacional, em 1988, a Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na União Nacional dos Estudantes (SESSUNE), que, em 1993, passou a denominar-se Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

“Nessa trajetória, a entidade nacional de estudantes tem se posicionado politicamente e lutado pela defesa de um projeto político da classe trabalhadora capaz de acumular forças para conquistar uma nova hegemonia. Sempre em defesa de uma universidade democrática, plural, pública, gratuita e de qualidade social. A busca por uma formação profissional com qualidade que venha responder às demandas populares também é questão chave”, avalia Sâmya Rodrigues, assistente social, professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e presidente do CFESS na gestão 2011-2014.

Independente de ser composto por profissionais em formação, o MESS é um dos segmentos que constroem o processo organizativo do Serviço Social. E configura-se como expressão de um movimento social que vem lutando, ao lado de outras entidades representativas, contra a atual ordem social e suas consequências, vivenciadas no cotidiano da maioria da população brasileira.

O discente em Serviço Social e membro da atual diretoria da ENESSO,



João Rafael Conceição, afirma que estudantes organizados têm se posicionado em diversos momentos, do ponto de vista político, contra as expressões concretas da exploração e dominação de classe. Durante a ditadura empresarial-militar, na campanha das “Diretas Já” e no movimento dos “caras pintadas” foram momentos cruciais onde estudantes mostraram seu protagonismo.

“O movimento estudantil é o que oxigena a universidade, que traz o debate político para dentro das instituições. Inclusive na sala de aula, onde tem diversos alunos de lugares, estratos sociais e experiências de vida diferentes. Uma universidade sem movimento estudantil é ‘morta’. O debate fica restrito, com limites. Ele é um dos primeiros contatos de diálogo político da profissão. E isso para o Serviço

**“O movimento
estudantil é o
que oxigena a
universidade”**

João Rafael



social, que é uma profissão extremamente politizada no conteúdo, se torna fundamental nessa troca. A organização possibilita que esse estudante, futuramente profissional, apreenda ali no cotidiano de nossa formação as correlações de força e análises institucionais. Depois, como profissionais, poderemos avaliar melhor as demandas de usuários, articulando sempre o sujeito com as relações sociais mais amplas”, aponta João Rafael.

A trajetória

Sâmya Rodrigues ingressou no MESS na década de 1980, quando começou a militar no Centro Acadêmico Livre de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE), instituição na qual se graduou. Também foi membro da segunda gestão da SESSUNE, em 1990. A recém-criada entidade nacional representativa do MESS começava, então, a dar seus primeiros passos.

“Lembro que nossa gestão realizou o ‘I Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social’, que já está, em 2016, na sua 18ª edição. Desse período, recordo-me também da intensa articulação da SESSUNE com a ABESS/CEDEPSS (hoje ABEPSS) e o Conjunto CFESS/GRESS. Expressão desta aliança estratégica foi nossa presença, representando a SESSUNE, em um debate com a UNE (União Nacional dos Estudantes) no seminário nacional promovido pela ABESS intitulado ‘Pluralismo e Formação Profissional’ na PUC-MG, em 1990, além da participação em eventos promovidos pelo CFESS”, relembra.

Esse momento, relata Sâmya, trouxe aprendizagens e amadurecimentos nas dimensões política, teórica, profissional e pessoal.

“Ao fazer um balanço da participação da minha geração na trajetória do Movimento Estudantil de Serviço Social no período ora analisado, é possível afirmar que o MESS vem, ao longo desses anos, cumprindo um importante papel de aglutinador da juventude, constituindo-se em canal de expressão coletiva e de construção de consciência de classe para estudantes de Serviço Social. Bem como tem se constituído como um espaço formador de militantes para as demais entidades representativas da categoria e diversos outros movimentos sociais da classe trabalhadora”, destaca.

Atualidade de uma juventude levada a sério

Na conjuntura atual, alguns desafios estão postos para os movimentos de esquerda, dentre eles o Movimento Estudantil de Serviço Social. Destacam-se a autonomia das organizações frente aos governos que desrespeitam os direitos da classe trabalhadora e o rompimento com as barreiras que separam as lutas dos diversos segmentos explorados e oprimidos na perspectiva da luta unificada.

“O MESS é mais um sujeito coletivo que, nesta difícil conjuntura internacional e nacional, deve continuar norteando sua ação política comprometida com a defesa da democracia e com um projeto de superação da ordem perversa do capital. Penso que

o MESS, assim como todos os demais movimentos sociais, sofre e continua lidando com as nefastas repercussões do ideário neoliberal, implantado no Brasil desde 1990. A perspectiva neoliberal em termos de projeto societário atinge amplos segmentos sociais, inclusive no universo do pensamento de esquerda. E o movimento estudantil não está isento deste processo”, alerta a assistente social Sâmya.

O futuro assistente social João Rafael percebe que o MESS deve, dentro do cenário político atual, contribuir de forma efetiva na organização dos estudantes sem esquecer da articulação geral com as bandeiras históricas da esquerda.

“Estamos passando por um momento de golpe institucional, via democracia burguesa. Tudo indica a consumação desse golpe e o movimento estudantil vai ter que mostrar novamente seu protagonismo. É preciso articular a luta dos estudantes com a luta geral da classe trabalhadora. O quadro atual indica acirramento de lutas. Os ataques aos direitos sociais conquistados refletem diretamente no trabalho de assistentes sociais”, analisa.

Na esteira de uma canção de Nilson Chaves, entoada por algumas gerações do Movimento Estudantil de Serviço Social, “os velhos de Brasília, não podem ser eternos, pior que foi, pior que tá, não vai ficar”. Ou, como cantado nas ruas nos dias atuais, “não tem arrego”!

“O MESS vem cumprindo um importante papel de aglutinador da juventude, de construção de consciência de classe”

Sâmya Rodrigues



Outras ações

Abril a Maio/2016

Reunião Ordinário do Conselho Estadual de Saúde – o CRESS tem participado das reuniões do CES. No dia 05/04 e 19/04 aconteceram reuniões do CES na sede da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro. A pauta foi a discussão da Rede Própria de Saúde do Estado (UPAS Estaduais, Hemório, Hospital Pedro Ernesto, Recursos Humanos).

Reunião com assistentes sociais da Saúde – visando acompanhar a situação da saúde, o CRESS participou de uma reunião com assistentes sociais da saúde no dia 06/04.

IV Encontro Local de Estudantes de Serviço Social (ELESS) – o CRESS compôs a mesa de abertura do IV ELESS, que aconteceu na UFRJ. A mesa teve como tema a “Crise estrutural, vida social, juventude, Serviço Social e minorias”. A abertura do IV ELESS aconteceu no dia 08/04. Além disso, o CRESS compôs a mesa que discutiu “O ajuste fiscal e os rebatimentos na educação e na formação profissional”, no dia

09/04. O evento foi realizado pela Executiva Nacional de Estudantes de

Serviço Social (ENESSO), na Escola de Serviço Social da UFRJ. I Conferência Municipal Álcool e Drogas – o CRESS participou da primeira conferência, em 09/04, junto a demais integrantes que participam do núcleo Esterlina Ramos em parceria com o Conselho Regional de Psicologia – CRP.

Debate “As violências do direito e a perspectiva do seu fim” – o CRESS participou do debate, que foi realizado na Defensoria Pública, no dia 11/04. Na ocasião foi feito o lançamento de um núcleo de estudos da UFF sobre o tema.

Fórum de Saúde – o CRESS participou da reunião do Fórum, no dia 13/04,



LXII Fórum Permanente dos Conselhos Tutelares do Estado do Rio de Janeiro – o CRESS participou do fórum que teve o objetivo de discutir os “Desafios para garantia e implementação da política de atendimento à crianças e ao adolescente”. O evento aconteceu no dia 02/04, em Rio das Ostras

que aconteceu na ANS. A reunião se destinou a fazer a avaliação do ato e seus encaminhamentos.

II Encontro Estadual de Educação – o CRESS participou, no dia 16/04, na UFRJ, do encontro preparatório para o II Encontro Nacional de Educação (ENE), organizado pelo Fórum Estadual em Defesa da Educação Pública (FEDEP), do qual o CRESS também faz parte.

Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social (ERESS) – o CRESS, representando a região sudeste, foi convidado para debater o quadro atual da formação profissional em Serviço Social e seus desafios, no encontro em Uberaba-MG, no dia 22/04.

Reunião no SindPetro – o CRESS participou de duas reuniões no SindPetro. A primeira, que ocorreu no dia 25/04, teve o objetivo de discutir sobre o Serviço Social na Petrobrás. A segunda, que ocorreu no dia 09/05, teve o objetivo de discutir sobre a terceirização e privatização da Petrobrás.

Fórum Permanente de Serviço Social e Sistema de Justiça – o CRESS participou do Fórum que teve como tema da palestra “A Interface do Judiciário e a assistência social”. O evento foi realizado, no dia 25/04, no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Dia do Trabalhador – o CRESS marcou

presença no ato realizado em Madureira pelo dia do trabalhador. O ato aconteceu no dia 01/05.

Palestra em Santa Catarina – o CRESS compôs a mesa como palestrante, para falar sobre o tema “Instrumentais na instrução psicossocial de processos”, no dia 06/05, no Fórum de Assistentes Sociais e Psicólogos do Poder Judiciário de Santa Catarina, em Florianópolis/SC.

GT Trabalho e Formação Profissional em Brasília – o CRESS-RJ é o representante da região sudeste nos trabalhos do Grupo de Trabalho que discute o trabalho e formação profissional. A última reunião do GT aconteceu no dia 06/05.

Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro – o CRESS, que compõe o Comitê, participou, no dia 13/05, de reunião ordinária que aconteceu na ALERJ.

I Encontro sobre racismo na Escola e trabalho – organizado pelo movimento negro do município de Petrópolis e realizado na Casa Cláudio de Souza no dia 18/05, contou com a participação do CRESS na composição da mesa.

Debate sobre estágio e supervisão – o CRESS participou como palestrante no debate: “Processo de estágio e supervisão em Serviço Social considerando os desafios da sociedade contemporânea”, realizado no dia 20/05, na Semana do Serviço Social da

Universidade Veiga de Almeida de Cabo Frio.

Conselho de Comunidade em questão – o CRESS participou de reunião no Ministério Público, no dia 23/05, com a Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Sistema Prisional do Estado do Rio de Janeiro para discutir sobre o Conselho da Comunidade. Na reunião foi entregue o ofício em resposta para o Conselho. O CRESS reiterou que não participará deste espaço.

Comemoração do Instituto Fernandes Figueira sobre os 80 anos do Serviço Social no Brasil – o CRESS compôs a mesa de abertura do evento que aconteceu, no dia 06/05, no instituto. O tema foi “Inventando a contra-mola que resiste”

Debate “A interface entre assistência social e justiça” – o CRESS participou do debate que discutiu a interface entre a assistência social e a justiça. O debate aconteceu no dia 24/05, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

V Seminário do Serviço Social do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO – o CRESS compôs mesa de abertura do debate que teve como tema “80 anos de serviço social no Brasil: os desafios do trabalho na saúde”, no dia 25/05.

Comissão Permanente de Ética – tendo a ética com questão central a ser discutida, o CRESS sediou o Fórum das Comissões Permanentes de Ética da Região Sudeste, que foi realizado no dia 09/04, na sede do CRESS-RJ. Participaram do fórum representantes dos CRESS de Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e do CFESS.

Ética profissional e instrução de processos éticos – visando qualificar a categoria para desempenhar a importante tarefa que é compor comissões de instrução, o CRESS-RJ realizou dois cursos que tiveram como público alvo assistentes sociais interessadas em compor as comissões. O curso foi gratuito e contou com a participação de trinta profissionais. Cada curso teve a duração de doze horas, divididas em três dias e aconteceram na sede do CRESS-RJ e na seccional de Campos dos Goytacazes.

Entrega de medalha à Maria Inês Bravo – o CRESS esteve presente no evento de



Ato Público em Defesa do SUS – CRESS participou, no dia 07/04, do Ato do Dia Mundial da Saúde em defesa da Saúde pública, 100% Estatal e de qualidade, denunciar

entrega da medalha Pedro Ernesto à Maria Inês Bravo, que aconteceu no dia 13/05 no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro durante o II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro.

Comemoração dos 80 anos do Serviço Social – o CRESS foi convidado a participar como palestrante da mesa de comemoração dos 80 anos do Serviço Social no Brasil promovido pela seccional do CRESS Londrina-PR no dia 16/05. O tema da mesa foi a “Análise de Conjuntura nos 80 anos do Serviço Social”.

Roda de conversa – com o objetivo de contribuir com a reflexão sobre o exercício profissional qualificado de assistentes sociais foi realizado uma roda de conversa no Núcleo Josi Ramos, no dia 19/04, sobre “Trabalho com grupos e serviço social”.

Reunião do Conselho Estadual de Saúde – o CRESS participou da reunião ordinária que aconteceu no dia 05/04, na sede da Secretaria Estadual de Saúde.

Debate na UNIRIO – o CRESS compôs a mesa que debateu com estudantes da UNIRIO sobre “Direito à Cidade, Megaeventos e Exercício Profissional” no dia 18/05.

Reunião COFI com a Secretaria Municipal

de Saúde do Rio de Janeiro – a Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) participou de reunião com a secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro no dia 30/05.

Semana do Serviço Social na UVA – o CRESS participou da semana do serviço social na UVA compondo a mesa sobre “Gênero, etnia e diversidade sexual: a importância do debate para o exercício profissional”. O evento aconteceu de 17 à 20 de maio na unidade da UVA de Cabo Frio.



Ato Nacional pelo Dia da Luta Antimanicomial – com o tema “Ocupar com liberdade as ruas da cidade”, o CRESS marcou presença no ato que aconteceu, no dia 18/05, no Largo da Carioca.

Democracia da comunicação, já!

O papel da mídia burguesa no golpe

Há muito tempo a mídia burguesa deixou evidente de que lado está. O processo ainda em curso de impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff foi a mais recente demonstração de concentração de poder manipulatório.

“Não há no mundo uma concentração de poder da mídia igual no Brasil. Se pegarmos a legislação de qualquer país dito desenvolvido, inclusive a dos EUA que é a pior, ela seria uma revolução se fosse aplicada aqui. As empresas Globo têm a principal TV, a principal rádio e os meios de mídia impressa. E quando alguém vai questionar isso, eles logo usam o argumento falso de censura. E isso não é verdade porque estamos falando de distribuição de concessões e não de conteúdo. Isso é altamente antidemocrático. É uma disparidade de forças muito grande”, afirma o jornalista Cid Benjamin.

No entanto, o jornalista chama a atenção para o fato de que o PT foi vítima de sua própria escolha política ao não realizar nenhuma mudança em favor da democratização da mídia. Inclusive negou a entrada da TeleSUR uma rede de TV estatal criada e financiada pelos governos da Venezuela, Cuba, Argentina e Uruguai. Historicamente, os donos dos jornais sempre estiveram ao lado do grande capital. Dilma, nas suas várias declarações sobre a democratização da mídia, disse que o único controle de mídia que ela leva em consideração é o controle remoto, para mudar de programa na TV.

“A democratização de fato só passa se houver uma distribuição de concessões de meios eletrônicos (rádio e televisão). Um dos pecados capitais do PT foi não ter investido nesse sentido. Porque naquele momento havia um potencial na sociedade para implementar reformas progressistas. Mas não quis incomodar e preferiu se aliar. E agora essa mesma turma o apunhalou. Já que estamos no século XXI os golpes não se dão mais como foi em 1964. Agora são uma aliança entre judiciário, burgueses e a mídia”, afirma o jornalista.

A jornalista e doutora em Serviço Social Sylvia Moretzsohn analisa o papel da mídia burguesa dentro da construção diária e pelo alcance que essas empresas possuem junto à população.

“O impeachment começou na coluna do Merval Pereira (jornalista de O Globo) antes do segundo turno da reeleição. Ele aproveitou



“A democratização de fato só passa se houver uma distribuição de concessões de meios eletrônicos (rádio e televisão)”

Sylvia Moretzsohn

“Não há no mundo uma concentração de poder da mídia igual no Brasil”

Cid Benjamin



a capa da revista Veja que afirmava que Lula e Dilma sabiam de tudo no caso Yousseff (doleiro preso pela Operação Lava Jato sob a acusação de ter lavado mais de R\$ 10 bilhões). No artigo, ele afirmava que se fossem verdadeiras aquelas denúncias, ela (Dilma) teria que ser tirada do poder”, lembra Sylvia.

Ainda de acordo com Sylvia, o acompanhamento diário e sistemático desses jornais também evidencia esse enfoque. Isso seria do jogo democrático se existisse uma pluralidade de canais informativos.

“A mesma lógica funciona com esse bombardeio diário sobre o corte orçamentário público em comparação com o corte doméstico. Isso não tem a menor comparação. Mas vai ganhando corpo dentro da sociedade. Para mim, essa é a demonstração mais evidente da produção de alienação que o jornalismo faz na sua cobertura cotidiana. Porque é no cotidiano que você vai ter a capacidade de forjar

consciências. Você não ouve falar em taxação de grandes fortunas, por exemplo, como se a economia não tivesse vínculos com a política”, afirma.

Os dois jornalistas são enfáticos ao apontar que os jornais burgueses nunca mudaram de lado. Os interesses da classe dominante sempre tiveram nas empresas jornalísticas um parceiro histórico. Disputar o campo da comunicação a favor dos interesses da classe trabalhadora é tarefa que movimentos progressistas organizados vêm assumindo, a exemplo do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). As principais bandeiras, campanhas e publicações do movimento estão em www.fndc.org.br. A democratização da mídia é um processo inerente ao projeto ético-político do Serviço Social.

Sintonize-se nessa luta!